

RECATEGORIZAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO NO GÊNERO REPORTAGEM

Márcia Ananda Soares Siqueira de SOUSA (Universidade Federal do Piauí)

RESUMO: este estudo amparando-se em uma perspectiva sociocognitivo- interacional, a qual concebe o texto como o lugar da interação e construção dos sentidos, em que os sujeitos são ativos, atores e construtores sociais (KOCH, 2004) e de referência como um processo (MONDADA e DUBOIS, 2003, 2005) propõe-se a investigar como os enunciadores de um texto exercem a sua capacidade de emitir juízos de valor, através de mecanismos lingüísticos de referenciação, por mais objetivo que o texto pretenda ser. Adotaremos para a análise os postulados de Apothélos e Reicheler-Béguelin (1995) acerca dos mecanismos de modulação dos referentes, a recategorização, e das classificações de anáfora proposta em Cavalcante (2003). O *corpus* constitui-se de reportagens publicadas nas revistas Veja e Isto é.

PALAVRAS-CHAVES: Recategorização. Anáfora nominal. Argumentação.

1. Introdução

A necessidade de, através da atividade verbal, referenciar as coisas do mundo induziu o homem a uma busca por maneiras cada vez mais complexas de pensar e subjetivar os processos e ações. Assim, a forma como esses processos e ações são percebidos sofre alterações, à proporção que o homem é colocado diante do outro. É nessa busca pelo entendimento de como se constroem as alusões às coisas mundanas que o homem estabelece a sua subjetividade e instaura o seu lugar no discurso. Nesse sentido, por meio da relação instituída entre o homem e a referência, a argumentação é orientada em favor das formas de apresentação dos referentes. A instauração de marcas subjetivas no discurso implica a utilização e a escolha das expressões utilizadas para designar os referentes, os quais são co-construídos e modulados em função de um querer dizer.

Nesse sentido, propomo-nos a investigar como as formas de modulação e (re) apresentação dos referentes estão relacionadas com os propósitos argumentativos dos enunciadores em reportagens, configuradas pela esfera jornalística como sendo de cunho, estritamente, objetivo e imparcial. As reportagens que constituem o *corpus* deste estudo foram extraídas das revistas de circulação nacional Veja e Isto é que circularam durante os meses de junho e julho de 2010. Para o cumprimento desse propósito, focalizaremos a recategorização, dado o entendimento de que essa estratégia de modulação dos objetos de discurso ao longo da construção discursiva (APOTHÉLOS; REICHELER-BÉGUELIN, 1995) pode marcar uma apreciação. Entretanto, considerando o fato de que a recategorização perpassa todos os processos referenciais (CAVALCANTE, no prelo), optamos por analisar as formas nominais remissivas cujo referente já tenha sido mencionado no co-texto, trabalhando, assim, com as recategorizações lexicais explícitas, segundo classificação proposta por Apothélos e Reicheler-Béguelin (1995). Nesses termos, este estudo é justificado pela pressuposição de que, nas reportagens, há expressões com funções discursivas direcionadas a proposição de uma orientação argumentativa.

2. Linguagem e argumentação

A linguagem concebida como atividade interativa proporciona a realização social humana, bem como sua relação com o mundo. Assim, numa relação interativa, o homem, como sujeito social, não apenas expõe pensamentos e sentimentos, mas apreende o que os outros têm a dizer. Dessa forma, a interação social mediada pela língua assume, também, um caráter argumentativo. E, por intermédio do discurso, a ação verbal dotada de intencionalidade influi sobre o pensamento e comportamento do outro, objetivando a partilha de opiniões. Conforme Koch (2004, p.17) “o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”.

Adotando as concepções de Vogt (1980), Koch (2004) assume a noção de que qualquer enunciado tem algo a dizer, e o faz de certa forma. Tem-se, nesse sentido, para as enunciações uma gama de significações, uma vez que os propósitos dos falantes, ao construir um enunciado, podem ser diversificados, não se pretendendo, portanto, a instauração de um sentido único e verdadeiro. Nesse âmbito, uma apreensão dessas intenções pressupõe o entendimento do sentido do enunciado. Dessa maneira,

A noção de intenção não tem, aqui, nenhuma realidade psicológica: ela é puramente lingüística, determinada pelo sentido do enunciado, portanto linguisticamente constituída. Ela se deixa representar de uma certa forma no enunciado, por meio do qual se estabelece entre os interlocutores um jogo de representações, que pode corresponder ou não a um realidade psicológica ou social. (KOCH, 2004, p. 22)

A constituição do sentido de um enunciado dá-se, ainda, pelas relações interpessoais que se estabelecem no momento da enunciação, através da estrutura desse jogo em que estão inclusos os locutores e os alocutários, quando “na e pela enunciação, atualizam sua intenções persuasivas.” (KOCH, 2004, p. 23) Assim, buscando um mesmo objetivo, os participantes da interação utilizam um mesmo código, entretanto, as opções lexicais, construções combinatórias, o enfoque dado a determinados termos, as marcas argumentativas configuram-se como aspectos particulares a cada um deles.

Nesse sentido, o objetivo da argumentação é, segundo Perelman (1996), provocar a “adesão dos espíritos” às proposições que se apresentam a seu assentimento, ou seja, uma argumentação eficaz consegue ampliar a intensidade de adesão, desencadeando nos ouvintes a ação pretendida, ou pelo menos, criando neles uma disposição para a ação que será manifestada no momento mais propício.

Nesse viés, a imparcialidade discursiva configura-se como algo ilusório, assim, “o discurso que se pretende como “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia - a da sua própria objetividade.” (KOCH, 2004, p.17) Dessa forma, os aspectos que compõem a estrutura argumentativa podem apresentar-se em textos narrativos ou descritivos em maior ou menor intensidade. Isso explica o fato da argumentação ser constitutiva da linguagem que dispõe de vários mecanismos para a argumentação.

Na sociedade contemporânea e em suas esferas políticas, econômicas, educacionais, jornalísticas, publicitárias, por fim, em todas as instâncias que configuram a vida em sociedade, existe uma forte recorrência aos recursos persuasórios, objetivando sempre um compartilhamento de opiniões. Considerando que a interação em cada uma dessas esferas sociais é possibilitada através da utilização de gêneros, é viável para este estudo mencionar que nos textos construídos na esfera jornalística há uma maior preocupação com sua construção por parte do articulista, visto que devem atender aos interesses e expectativas do interlocutor.

3. Sobre referência e referencialização

As questões concernentes aos estudos da referência atravessam a filosofia da linguagem e a lingüística suscitando posicionamentos teóricos divergentes. Se amparada em uma tradição lógica e filosófica, a referência constitui-se como a relação direta entre as palavras e as coisas do mundo, assumindo, assim, para a língua um caráter extensional. Por outro lado, conforme reflexões oriundas das ciências humanas e sociais, a referência é apresentada como um processo dinâmico que privilegia as relações intersubjetivas e sociais. Nesse processo, as versões do mundo são publicamente construídas e avaliadas em conformidade com as finalidades e ações dos enunciadores (c.f MONDADA, 2005). Há, portanto, uma “fabricação” da realidade e dos referentes, uma vez que não são dados aprioristicamente. Concebe-se, então, que entre a língua e as práticas sociais é instaurada uma relação mútua. No dizer de Blikstein,

“agindo sobre a práxis, a língua também pode modelar o referente e “fabricar” a realidade. Pois é a partir dessa relação língua/práxis é que podemos aceitar a função interpretante ou modelante da língua (...) a práxis cria a estereotipia de que depende a língua e esta, por sua vez, materializa e reitera a práxis.” (1983, p.80)

Em linhas gerais, modernamente, a referência não mais é concebida como uma questão estritamente lingüística, mas como um fato que simultaneamente diz respeito à cognição e a utilização da linguagem em contexto e em sociedade. E é, nesse viés, que Mondada e Dubois (2003) propõem a substituição da noção de *referência* pela de *referencialização* e, consequentemente, a de *referente*¹ pela de *objeto-de-discurso*. Assim, nesta perspectiva, ao referir os interlocutores elaboram objetos-de-discursos, que, sendo construídos e desenvolvidos discursivamente, não podem ser vistos como expressões referenciais que refletem os objetos do mundo e as representações cognitivas, mas como entidades que (re) constroem a realidade extralingüística dentro do processo de interação. Desta forma, “a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele.” (KOCH, 2005, p. 33 e 34)

Nesse contexto, Koch (2009) entende a referencialização como uma atividade discursiva. Tal pressuposto além de ancorar em uma visão não extensional da língua e da linguagem, induz a uma instabilidade das categorias utilizadas para descrever o mundo, uma vez que essas categorias são inconstantes e múltiplas e mudam sincrônica e diacronicamente. (c.f MONDADA, 2003).

Ainda consoante Koch (2009) adotando as postulações de Apothéloz & Reicheler-Béguelin (1995) a referência diz respeito a todas as operações realizadas pelos sujeitos à proporção que o discurso se desenvolve. O processamento dessas operações é, de fato, um processamento estratégico. Assim, por ocasião da interação verbal, os sujeitos atuando sobre o material lingüístico disponível operam escolhas, objetivando seus propósitos de sentido. Essas ideias implicam que os processos de remissão textual realizados por meio de referencialização constituem escolhas do sujeito em função de um querer dizer. Dessa maneira,

todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, “publicamente” alimentada pelo próprio discurso, sendo os

¹ Muitos linguistas que partilham a ideia de referencialização, assim como Cavalcante (2003), utilizam o termo “referente” sem fazer distinções entre o termo “objeto-de-discurso”. Nesse estudo, tais termos serão tratados de igual forma.

sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais. (APOTHÉLOZ e REICHELER-BÉGUELIN, 1989 apud KOCH, 2009, p. 80)

Todas essas considerações reafirmam a dinamicidade dos objetos de discursos, uma vez que ativados podem ser alterados, desativados, reativados, recategorizados, construindo-se ou reconstruindo-se, no transcorrer da progressão textual, o sentido.

Dessa maneira, na construção de uma memória discursiva, segundo Koch (2009, p. 83) estão envolvidas as seguintes estratégias de referenciação: a) *ativação* (introdução de um referente textual, até então não mencionado, passando a preencher um nódulo); b) *reativação* (um nódulo é novamente ativado na memória); c) *de-ativação* (ativação de um novo nódulo, deslocando a atenção para outro referente textual desativando aquele que estava em foco anteriormente. Porém seu endereço cognitivo continua no modelo textual, podendo ser reativado a qualquer momento.

Essas estratégias podem ser acionadas durante a construção textual. Isto é, se, por um lado, a ativação e reativação estabiliza o modelo textual, por outro, ele sofre contínuas modificações, quando novas referenciações forem realizadas. Isso porque, durante o processo, outros objetos são introduzidos ou aqueles já presentes recebem outras informações ou avaliações.

As principais estratégias de progressão referencial, segundo Koch (2009, p. 85), que permitem a construção de cadeias referenciais das quais descendem a categorização ou a recategorização de referentes no discurso são:

- 1- uso dos pronomes ou elipses (pronome nulo): realiza-se por meio de formas que exercem a função de pronome (os pronomes, advérbios pronominais e numerais), sendo descrita como pronominalização (anafórica ou catafórica) de elementos co-textuais.
- 2- uso de expressões nominais definidas: recebem essa denominação as formas lingüísticas construídas a partir de um determinante (definido ou demonstrativo) seguido de um nome, dentre as quais constituem objeto desta reflexão as descrições definidas, as nominalizações e as rotulações metalingüísticas ou metadiscursivas, e ainda aquelas que funcionam como anáfora indireta.
- 3- uso de expressões nominais indefinidas: caracteristicamente servem como introdutores de novos referentes textuais, porém, podem apresentar-se com funções anafóricas.

Assim sendo, conforme a autora, essas formas referenciais assumem, na progressão textual, funções relativas aos aspectos cognitivo-discursivos, semântico-pragmáticos, argumentativos e textuais.

3. Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995): uma proposta de classificação das recategorizações lexicais

Considerando a proposição de que os referentes ou objetos de discurso evoluem e são modulados na cadeia textual haja vista os propósitos dos sujeitos no contexto interacional, o produtor pode valer-se, para a designação de um dado objeto, de uma gama de expressões lingüísticas. Assim sendo,

a cada momento do discurso, o locutor dispõe, para designar um objeto dado, de uma série não-fechada de expressões lingüísticas utilizáveis em condições referenciais iguais. Não apenas este locutor tem o direito de selecionar aquilo que

acha mais apto a permitir a identificação do referente, mas ele pode, por recategorizações, para acrescentar ou suprimir, modular a expressão referencial em função das intenções do momento, estas podem ser de natureza argumentativa, social etc. (APOTHÉLOZ e REICHELER-BÉGUELIN, 1995 apud LIMA, 2007, p. 81)

Em se tratando das pretensões comunicacionais de cunho argumentativo, pode-se dizer que elas determinam, no texto, que expressão referencial deve ser aplicada pelos sujeitos para que se cumpra a instauração de um ponto de vista. E é, nesse sentido, que Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995) dizem que a recategorização é uma estratégia de designação, uma vez que é possível desconsiderar a designação padrão, isto é, a categorização e adaptá-la aos propósitos argumentativos.

Nesse contexto, Zavam (2007), fundamentando-se nos escritos de Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995), afirma que os referidos autores ao abordarem as questões da evolução referencial e as estratégias de designação ressaltam que “as expressões anafóricas servem não só para fazer referência a um objeto, mas também para impor modificações a esse mesmo objeto.” (ZAVAM, 2007, p. 127) Enfatizando, então, as expressões anafóricas, o processo de recategorização lexical é descrito pelos autores contemplando os seguintes níveis de ocorrência do processo: a) quando a transformação é operada pelo próprio anafórico; b) quando o anafórico não considera os atributos do referente; c) quando o anafórico considera os atributos do referente e os homologa. Considerando, apenas, o primeiro nível de ocorrência, no qual as modelações ou transformações são realizadas pelo próprio anafórico, têm-se a seguinte classificação: recategorização lexical explícita; recategorização lexical implícita e modificações da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico. (APOTHÉLOZ e REICHELER-BÉGUELIN, 1995 apud LIMA, 2007) Dentre esses tipos, direcionamos nossa atenção às recategorizações lexicais explícitas, julgando que essas se configuram, essencialmente, como uma predicação de avaliações do referente.

Segundo Lima (2007) fazendo alusão aos postulados de Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995), há, ainda, subtipos de recategorizações lexicais condizentes aos propósitos a que estão ligados: argumentação, denominação reportada, sobremarcação da estrutura discursiva e aspectualização. As expressões que marcam uma recategorização atrelada ao subtipo da argumentação podem, assim, moldar-se como uma metáfora ou apresentar lexemas imbricados por axiologias, como ilustra o exemplo (1), no qual *Diego Armando Maradona* é recategorizado como *o ex-gênio do futebol*.

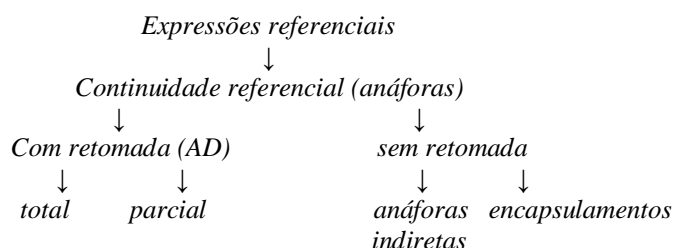
(1) *Na história da Copa do Mundo de 2010, feita de treinadores zangados como Dunga e arrogantes como o francês Raymond Domenech, **Diego Armando Maradona** terá um capítulo especial. (...) o ex-gênio do futebol interpreta um personagem: o próprio Maradona...*

Conforme os escritos dos referidos autores, a anáfora direta correferencial é recategorizadora, uma vez que está marcada por lexemas que induzem a um ponto de vista sobre o referente. Nesse sentido, Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995) ao assumirem que as expressões recategorizadoras propõem um viés axiológico, “admitem que a argumentação, enquanto função discursiva essencial da recategorização teria em lexemas axiologicamente marcados uma estratégia explícita de manifestação de tal propósito.” (APOTHÉLOZ e REICHELER-BÉGUELIN, 1995 apud ZAVAM, 2007, p. 128) Assim, é válido ressaltar que tais lexemas assumem esse caráter axiológico em se considerando o contexto de uso.

4. Processos de referenciação anafórica

A concepção de anáfora adotada para o cumprimento dos propósitos deste estudo desconsidera as ideias articuladas sobre esse fenômeno na retórica clássica, que o considerava como sendo a repetição de uma expressão no início de uma sentença. Aqui, o conceito de anáfora ancora-se na ideia de referência como processo sóciocognitivo e interacional sendo, portanto, “usado para designar expressões que reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial” (MARCUSHI, 2005a, p. 54,55)

É considerável para esse estudo o entendimento de anáfora como uma relação entre duas unidades A e B, em que o entendimento de B (anaforizante) depende da existência ou recuperação de A (anaforizado). Nesse sentido, considerando-se que este trabalho adota para análise as recategorizações lexicais explícitas, focalizaremos apenas as anáforas compostas por um nome nuclear, isto é, as anáforas nominais. Assim, entendendo-se que tais expressões referenciais são responsáveis pela introdução ou manutenção dos referentes, os quais podem apresentar-se no próprio texto, alocado na memória compartilhada dos falantes ou, ainda, ser inferidos através da situação discursiva, focalizaremos apenas as anáforas nominais cujo referente esteja explícito no co-texto. Na análise do *corpus*, vislumbrando o cumprimento das pretensões deste estudo, as expressões referenciais anafóricas serão classificadas em conformidade com a proposta de Cavalcante (2003), que descreve as anáforas de acordo com o seguinte esquema:



A classificação proposta por Cavalcante (2003) obedece aos seguintes critérios hierárquicos: função referencial, traços de significado e características formais. Assim, as anáforas são divididas, através do parâmetro da referencialidade, em dois grupos: aquelas que operam uma retomada total/correferencial ou parcial, e aquelas que não retomam nenhum referente, fazendo apenas remissão ao co(n)texto (anáforas indiretas e os encapsulamentos), o que resulta no quadro exposto acima. Diante dessa proposta de classificação, centremo-nos, apenas, naquele tipo que atende a nossos propósitos: as anáforas diretas correferenciais. Esse tipo engloba processos em que “duas expressões designam um referente, não importando o fato de a expressão anafórica remeter retrospectivamente ou prospectivamente.” (CAVALCANTE, 2003, p. 7). Nessas classificações, as anáforas diretas correferenciais dividem-se, ainda, em: co-significativas, recategorizadoras ou nem uma coisa nem outra. (c.f. CAVALCANTE, 2003)

Nesse sentido, por questões, ainda, metodológicas, tratemos daquelas que podem marcar uma apreciação do referente: as anáforas diretas correferenciais recategorizadoras. Essas, segundo Koch (2009), correspondem às seguintes formas remissivas lexicais: hiperônimos ou indicadores de classe, grupos nominais definidos e nomes genéricos. Em nível de exemplificação, temos em Cavalcante (2003, p. 9)

CARLOS ALBERTO PARREIRA

O treinador tetracampeão do mundo voltou ao comando da seleção brasileira.

A expressão definida “ O treinador tetracampeão do mundo”, a qual se classifica como uma anáfora direta correferencial recategorizadora, remodula a forma de designação do referente, transformando-o e particularizando-o e, principalmente, destaca o ponto de vista do enunciador sobre ele. Assim, a anáfora correferencial recategorizadora assume, como função discursiva, uma proposição avaliativa sobre o referente.

5. Gêneros discursivos, gêneros jornalísticos e reportagem: algumas considerações

As teorias bakhtinianas sobre gêneros possibilitam uma grande variedade de aplicações no que se refere ao estudo da linguagem. De acordo com Bakhtin (1997, p. 279), “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.” Estes enunciados refletem as finalidades e as condições específicas de cada uma dessas esferas através de três aspectos constitutivos: o conteúdo (temático), o estilo verbal (a escolha dos recursos lingüísticos- recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua), e a construção composicional (seleção da forma da totalidade discursiva). No dizer do autor, “estes três elementos (conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera da comunicação.” (BAKHTIN, 1997, p. 279). Por mais variadas que sejam, as esferas da atividade humana estão diretamente relacionadas com a língua. Assim, “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.” (BAKHTIN, 1997, p. 279) Ainda, consoante Bakhtin (1997), a riqueza e variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Os gêneros discursivos são extremamente heterogêneos e incluem desde diálogos rotineiros a formas de discursos mais elaboradas. Bakhtin, em sua teoria dos gêneros, faz uma distinção entre os gêneros, separando-os em duas categorias: primários e secundários. Essa separação realiza-se através da distinção entre duas esferas da criação ideológica: a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos constituídos. Dessa forma, os gêneros primários são aqueles referentes à ideologia do cotidiano e os gêneros secundários dizem respeito aos sistemas ideológicos constituídos. Os gêneros discursivos encontram-se diretamente ligados a situação social interativa, dentro de uma esfera da atividade humana com finalidade discursiva.

As teorias vistas até aqui tornam “a circulação dos gêneros textuais na sociedade um dos aspectos mais fascinantes, pois mostram como a própria sociedade se organiza em todos os aspectos” (MARCUSCHI, 2005b, p. 26). Assim, “os gêneros são a manifestação mais visível desse funcionamento e ajudam a constituir, envolvendo crucialmente linguagem, atividade enunciativas, intenções e outros aspectos” (MARCUSCHI, 2005, p. 26).

Situando a esfera, bem como o suporte do gênero escolhido para constituir o *corpus* deste estudo, entende-se, então, que o jornalismo pode ser concebido como um processo social articulado a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal, revista, televisão, rádio) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (c.f. MELO, 1985) Assim, todo e qualquer processo de produção jornalística tem suas particularidades, variando com base na estrutura sócio-cultural em que se localiza, na disponibilidade de canais de difusão e no ambiente econômico e político que rege a vida da coletividade .

Em relação aos gêneros jornalísticos, pode-se dizer, com base no estudo das teorias expostas por Melo (1985), que estes são, de forma geral, as maneiras que o jornalista encontra para expressar-se. Com isso, a classificação dos gêneros pode ser restringida a universos culturais delimitados, visto que são determinados pelo estilo que depende da relação dialógica que o jornalista deve manter com o receptor, apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas).

Para Melo (1985, p. 44), “o jornalismo articula-se portanto em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)”. Com isso, o jornalismo assume duas modalidades: a descritiva e a versão dos fatos.

A partir de então, enfatizaremos apenas os gêneros jornalísticos informativos, uma vez que estes se encontram diretamente relacionado ao nosso objeto de estudo. Dessa forma, para Melo (1985), os gêneros pertencentes ao universo da informação estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística, ou seja, tudo depende do surgimento e evolução dos acontecimentos, como também da relação que os jornalistas estabelecem em relação aos seus protagonistas.

Em se tratando do gênero reportagem, que compõe nosso objeto de estudo, Melo (1985, p. 49) diz que este “é um relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição.” Sendo assim, o autor caracteriza a reportagem como uma notícia ampliada, posto que para ele a notícia é um relato integral de um fato eclodido socialmente.

Os manuais de redação de empresas jornalísticas tentam generalizar procedimentos de técnicas de redação, em busca de uma uniformização da edição jornalística. Assim, sobre a reportagem *O Manual Geral de Redação Folha de São Paulo*, datado de 1987, diz que esta deve apresentar economia de adjetivos e advérbios, ou seja, o texto deve ser concreto e substantivo. Porém, quando um adjetivo for necessário que seja o mais substantivo possível. Assim, Kindermann (2003) citando Bahia (1990) afirma que a reportagem narra um acontecimento, explorando exaustivamente ou não as possibilidades desse acontecimento. Para isso, o produtor deve fazer uso de uma linguagem clara e manter-se fiel ao relatar os fatos para que se mantenha o interesse do público. Nesse âmbito, o jornalista pode fazer uso em seu texto de estratégias discursivas que permitam a efetivação de seus objetivos. Com isso, a forma como ele coordena *as suas formas de referir* os objetos de mundo pode caracterizar-se como uma boa estratégia de indução, como pretendemos investigar neste estudo.

6. Recategorização e argumentação em reportagens: uma análise

No intuito de perceber como as formas de reapresentação dos referentes, operacionalizadas nas formas de expressões anafóricas recategorizadoras, orientam o discurso produzido em reportagens, as quais são vistas sob o rótulo da objetividade, a um viés argumentativo, analisamos três reportagens extraídas das revistas *Veja* e *Isto é*, publicadas entre os meses de junho e julho de 2010, assim, por questões metodológicas, destacamos apenas alguns excertos dessas reportagens onde podem ser percebidas (re) categorizações dos referentes, as quais podem induzir a uma orientação argumentativa. Assim sendo, passemos as análises.

Em (2), é notória a evolução do referente introduzido por nome próprio, “*Bruno*”, sendo ele, depois modulado através de uma anáfora direta correferencial recategorizadora, “o *goleiro*”, a qual, na forma de uma expressão definida, assume a função de particularizar o referente no âmbito de suas atividades profissionais. Vale ressaltar que, ainda, que não seja costumeiro retomar um referente através do uso do indefinido, a construção “*um monstro*”,

além de contribuir para a continuidade referencial, funciona como uma reapresentação do referente introduzido na cadeia textual em prol de uma visão particular do produtor sobre o referente e, de alguma forma, sobre as ações a ele atribuídas. Nesse caso, há, através da recategorização metafórica do referente como “mostro” uma homologação de todas as ações descritas sobre o referente em toda cadeia textual. Assim, ao estabelecer uma relação de similaridade entre as ações de “Bruno” e os traços comportamentais de “um monstro”, o enunciador disponibiliza, através de suas escolhas lexicais, sua opinião sobre o referente, o que nos permite apontar que, nesse texto, há a denotação de uma orientação argumentativa.

(2) “**Bruno** jura inocência, mas há fortes evidências contra ele, como o sangue dela no carro dele, os depoimentos de testemunhas e o fato de o bebê ter estado no sítio do **goleiro**, também na Grande BH, e depois ter sido encaminhado por Dayanne, mulher de Bruno, para a casa de amigos. Se a culpa dele for comprovada, a forma cruel com que se desvencilhou de Eliza e a frieza com que agiu antes, durante e depois de ir para a prisão fazem dele **um monstro**...” (Reportagem “Ele é um monstro?”, revista Isto é, julho de 2010)

Em (3), tem-se a seguinte continuidade referencial “*radicais do PT – dessa hidra*– o monstro”. Nesse sentido, o referente sofre modulação por meio de uma anáfora direta correfencial recategorizadora, assim, a opinião do articulista acerca do governo do PT, bem como de seus radicais é notória e possibilitada pela forma que designa os referentes. Nesse caso, ao apresentar os referentes nessas formas, o produtor os concebe como algo que apresenta uma conformação extravagante, lendária e causadora de pasmo e, assim, através de suas escolhas propõe aos interlocutores que compartilhem de seu ponto de vista. Ainda, é válido ressaltar que o encapsulamento (*dessa hidra*) que não pode ser desconsiderado na progressão para a recategorização de monstro, contribui para a construção do referente “os radicais do PT”, o qual evolui na cadeia textual conforme os intuitos do enunciador.

(3) “A primeira tenta elucidar um enigma ainda sem solução: afinal, Dilma Rousseff, se eleita, conseguirá repetir o feito de Lula e impedir que **os radicais do PT** transformem o Brasil em uma república socialista, de economia planejada e centralizada e sem garantias à liberdade de expressão? Lula teve de cortar a cabeça **dessa hidra** em diversas oportunidades. Em outras palavras, ele alimentava **o monstro** no porão enquanto ameaçava deixá-lo à solta caso seus adversários não se comportassem. (Reportagem “A criatura contra-ataca”, revista Veja, julho de 2010)

Em (4), o objeto de discurso “**Dilma**” foi recategorizado explicitamente pelo enunciador do texto através de anáfora direta correfencial recategorizadora, **a sucessora ideal de Lula**, nesse caso, tanto o núcleo da expressão referencial como seus determinantes induzem a uma remodelação do referente, direcionando, assim, a uma visão negativa acerca do papel de Dilma como candidata e, caso seja eleita, como Presidenta da República. Ainda, nesse excerto, o produtor compartilha da opinião do jornal francês Le Monde sobre o fato de considerar Dilma como protegida de Lula. Dessa maneira, por meio da denominação reportada, **La dauphine**, a qual se encontra representada por uma expressão nominal anafórica definida, na forma de uma anáfora direta recategorizadora, além de recuperar um antecedente, ele o reconstrói, direcionando-se, assim, uma orientação argumentativa.

(4) “...Como consequência, há a crença de que Serra tenderá a seguir o roteiro de Fernando Henrique, enquanto **Dilma** avançará no caminho traçado por Lula(...) Pensando em reforçar a imagem de **sucessora ideal de Lula**, Dilma viajou a Nova York em maio e, meados deste mês, fez uma turnê pela Europa. Foi tratada pelo jornal francês Le Monde como “**La dauphine**”, a pupila de Lula, alguém sem

experiência eleitoral...” (reportagem Como o mundo vê nossos candidatos, revista Veja, junho de 2010).

7. Considerações finais

Uma das maneiras de se verificar os propósitos ou intenções dos enunciadores de um texto é analisar a função discursiva de elementos referenciais, considerando que as formas como esses são apresentados ou (re) apresentados pressupõem o modo de manifestação do enunciador diante do que está sendo exposto. Diante disso, realizou-se, neste estudo, através da análise das expressões referenciais, uma investigação da forma como o mecanismo da recategorização lexical pode, mesmo em texto que pretendam a objetividade, conduzir a uma orientação argumentativa imposta pelas escolhas do produtor em seu projeto de dizer.

Após as análises realizadas, percebe-se que, de fato, as expressões referenciais colaboram na construção de significações, materializando pontos de vista, apontando direções argumentativas e recategorizando objetos do discurso. Assim, a análise apresenta indícios para que se formule a conjectura de que, no gênero reportagem, apesar do rótulo da objetividade, há expressões referenciais que desenvolvem uma orientação argumentativa.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. São Paulo: Editora Cultrix, 1983.
- CAVALCANTE, M.M. **Referenciação – sobre coisas ditas e não-ditas**. (No prelo) Fortaleza.
- CAVALCANTE, M.M. **Expressões referenciais: uma proposta classificatória**. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: UNICAMP, 2003.
- KOCH, I.V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I.V & MORATO, E. M. & BENTES, A.C. (Org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOCH, I. G.V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004.
- KINDERMANN, C.A. **A reportagem jornalística no Brasil: Desvendando as variantes do gênero**. Dissertação de mestrado. Tubarão, Santa Catarina. 2003.
- LIMA, S. M. C de. Recategorização metafórica e humor: uma proposta classificatória. IN: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al (orgs) **Texto e discurso sob múltiplos olhares**. V2: Referenciação e outros domínios discursivos. RJ: Lucerna, 2007.
- MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de São Paulo. 1987.
- MARCUSHI, Luís Antônio. O Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I.V & MORATO, E. M. & BENTES, A.C. (Org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARCUSHI, Luís Antônio. Gêneros Textuais: conceituação, dinamicidade e circulação. IN: KARWOSKI, A. M, GAYDECZKA, B e BRITO, Karim Siebeneicher (orgs). **Gêneros Textuais Reflexão e Ensino**. União(PR).Kayganguê,2005 .
- MELO, José Marques. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes,1985.
- MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I.V & MORATO, E. M. & BENTES, A.C. (Org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MONDADA, L. & DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. & RODRIGUES, B B. & CIULLA, Al. (Org.). **Referenciação**. V. 1. São Paulo: Contexto, 2003.
- PERELMAN, Chaïm. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.